

A CONSTRUÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR E AS INTERFACES ENTRE PSICANÁLISE E PSICOLOGIA ESCOLAR/SOCIAL

Marielen Cristina Alves Da Guia

Renata Vilela Rodrigues

Luiz Guilherme Araújo Gomes

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir o fenômeno do fracasso escolar, na escola pública. Para tanto se utiliza de conceitos da teoria psicanalítica e da psicologia social e escolar, para poder analisar o tema, evidenciando as aproximações possíveis entre as duas teorias. Procurou-se fazer um estudo crítico do fenômeno, destacando seu caráter multifatorial e mostrando que o fracasso escolar se trata de uma questão complexa inviável responder pelo âmbito individual.

PALAVRAS-CHAVES: Fracasso escolar; Psicologia social; Psicanálise.

INTRODUÇÃO

Um dos autores durante a sua formação acadêmica vivenciou e observou vários fatos referente ao fracasso escolar, no decorrer do percurso teve a oportunidade através de estágio e horas complementares em adentrar na instituição escolar infantil particular e pública, sendo capaz de identificar as diferenças existentes, a particular localizada no goiabeiras Cuiabá-MT reconhecido como um bairro da alta sociedade, fornece para os alunos além de suas aulas pedagógicas, atividades estimuladoras como inglês, aula de música, de artes e artes marciais, se tratando da pública localizada na periferia de Várzea Grande no bairro Canelas-MT a qualidade da educação e estímulos oferecidos se difere da escola particular, contando apenas com um quadro negro. Já no campus do UNIVAG – Centro Universitário um dos autores pode

observar e até mesmo experienciar os impactos e efeitos cumulativos de uma educação precária recebida no ensino básico, fornecida pela escola pública.

Foram essas experiências que motivou o tema do presente artigo. Nessa perspectiva, este estudo teórico tem como objetivo discutir a questão do fracasso escolar. Fenômeno construído no Brasil durante a década de 1980 para se referir a alunos que tinham dificuldade de aprendizado. (MALUF; CRUCES, 2008) Destacamos, aqui, a educação pública e os impasses que alunos provenientes, especialmente, de classes econômicas e sociais baixas enfrentam no percurso escolar, procurando estabelecer uma análise crítica do fenômeno, evidenciando o fato do fracasso escolar está para além do âmbito individual.

Apresentamos uma visão multifatorial da problemática a partir do referencial da psicologia social e escolar, e também pela visão da psicanálise a visão da psicanálise, para verificar as aproximações existentes entre esses dois campos do saber, procurando mostrar a interferência da sociedade, economia, política, cultura e do Outro (termo cunhado por Lacan) no fenômeno de construção e aparecimento das dificuldades escolares.

Inicialmente, num primeiro tópico, propomos fazer um levantamento histórico da ampliação da escolarização para camadas mais populares da sociedade brasileira, e a relação desta com o aparecimento do fracasso escolar, visto que essa problemática surgiu com regulações de leis que estabeleceram a educação como algo obrigatório (NETTO, 2011). No segundo tópico, problematizamos o conceito do tema em questão, embasados por uma perspectiva teórica social e escolar, analisando os múltiplos fatores envolvidos nos impasses educacionais como as interferências políticas, históricas, as questões sociais, o baixo ensino prestado pela escola pública e as políticas nacionais de ensino.

No terceiro tópico, apresentamos uma discussão referente às contribuições da psicanálise para compreender a emergência do fracasso escolar. Apesar de pouco explorada a discussão da psicanálise referente à produção do fracasso escolar e as questões socioeconômicas que o perpassa, a utilização desta vertente, no presente trabalho, torna-se relevante, na medida em que, utilizar da psicanálise no plano social não se trata de um uso inadequado, já que a constituição do sujeito se dá pela entrada no social,

sendo assim seria inviável pensar na psicanálise fora desse plano, conforme aponta Enriquez (2005).

Para concluir, ressaltamos que os problemas educacionais se tratam de uma questão atravessada pelo social, e que apresenta vários fatores envolvidos, o que torna impossível falar do fracasso escolar, por uma lógica individual que culpabilize o sujeito, concluimos também que a psicanálise e a psicologia social e escolar compartilham de diversos modos de ver os impasses educacionais.

BREVE HISTÓRICO DA AMPLIAÇÃO DA ESCOLARIZAÇÃO PARA CLASSE POPULAR E O FRACASSO ESCOLAR

Para uma compreensão mais abrangente sobre a temática a ser abordada neste ensaio, sob o prisma da psicologia escolar e da psicanálise, faz-se necessário um conhecimento histórico da origem do fracasso escolar. Discorreremos também, neste tópico, sobre a expansão do ensino público, que, no Brasil, ocorreu tardiamente no final do século XIX.

Nos propomos a trabalhar esses dois fenômenos articulados, porque entendemos que a produção do fracasso escolar é localizada histórica, cultural e socialmente, nessa direção, para compreender a emergência e desenvolvimento desse fenômeno, é preciso levar em consideração o cenário político de surgimento e desenvolvimento da educação, bem como as propostas pedagógicas vigentes e como elas atingem a população.

As dificuldades no processo de escolarização é um dos maiores problemas que a educação brasileira enfrenta há anos. Elas são visualizadas no contexto escolar quando o aluno apresenta dificuldades de aprendizagem e/ou desenvolvimento, e pode ocorrer em todos os níveis de ensino. Porém, incide com maior frequência nos primeiros anos de escolarização da criança, no chamado processo de alfabetização, e é comum entre as crianças pertencentes aos segmentos mais empobrecidos da sociedade (COLLARES, 1996; PATTO, 1991). Oakland (1993) mostra que o surgimento do insucesso no processo de aprendizagem e desenvolvimento ocorreu a partir da mudança de estilo de vida nas cidades, caracterizada, principalmente, pela crescente migração de famílias que viviam em comunidades rurais para áreas urbanas,

essa modificação não foi apenas de localização, com ela os próprios valores sociais, culturais e educacionais foram alterados.

Na educação, ocorreu uma expansão do ensino nas cidades e o surgimento de alunos que apresentavam dificuldades de aprender. Por outro lado, visualizou-se também o aparecimento de problemas envolvendo os considerados “menores de idade”, tais como abandono, delinquência, negligência, entre outros. Sendo assim, houve uma procura de profissionais, incluindo o psicólogo, que pudessem prestar um auxílio para as escolas, no primeiro caso, e aos dispositivos jurídicos, no segundo, identificando as dificuldades existentes e trabalhando na solução destas (apud WECHSLER, et al., 2011).

Outra mudança que fez aumentar significativamente a inserção dos alunos no meio educacional foi à promulgação da Lei nº 5.692, em 1970, que fixam Diretrizes e Bases para ensino de 1º e 2º graus, a qual frequentar uma escola se torna obrigatório, garantindo o crescimento da escolarização e a inserção de alunos de classes menos favorecidas em ambiente escolares, alunos esses que evidenciaram novas formas objetivas e subjetivas de aprender e se comportar, no contexto escolar, com as quais não estavam habituados nos seus espaços de pertencimento, tais como, comunidade e família (BARBOSA; MARINHO-ARAUJO, 2010; GUZZO, et al., 2010; MARINHO-ARAUJO; ALMEIDA, 2005 apud PATIAS; GABRIEL 2011).

De acordo com Oliveira (1999) a Constituição Federal (C. F.) de 1988 foi um marco fundamental na educação pública, na medida em que reconhece a educação gratuita como um direito de todos. No artigo 205, por exemplo, institui como dever da família, bem como do estado, assegurar a escolarização. Já no artigo 206 especifica a gratuidade no ensino, em todos os níveis. Nessa direção, o ensino passa a ser um direito de todos independentemente da situação, circunstâncias e idade. No que se refere ao ensino superior gratuito, a qual até então nunca havia sido tratado como dever do estado, é sancionado pela Constituição Federal como um direito de todos, e dever do estado.

A Constituição provoca uma importante modificação no cenário educacional brasileiro. Anterior a constituição, o direito a escolarização era assegurado dos 7 até aos 14 anos, as pessoas, principalmente das camadas mais pobres da sociedade, ficavam sem acesso à escola, pois muitas crianças

e adolescentes ingressavam no mercado de trabalho nesta idade. Ao propor a gratuidade e obrigatoriedade à educação, a CF representa um avanço já que aquelas pessoas as quais não tinham acesso à escola passam a ter de forma gratuita, uma vez que a idade deixa de ser critério como acesso ao direito à educação (OLIVEIRA, 1999).

Junto com a expansão do ensino, a escolarização compulsória foi outro fator que contribuiu para a produção do fracasso escolar no Brasil (NETTO, 2011). À medida que as pessoas que não tinham acesso à educação passam a tê-la aumenta-se os problemas provenientes da dificuldade de aprendizagem. A escola, em muitos espaços, configura-se como um lugar de regras rígidas, relações autoritárias e de um ensino elitizado. As crianças e adolescentes que, agora passam a ser obrigados a frequentar estes espaços, se veem diante deste contexto que, em muito, se diferencia dos seus espaços de convivência habituais. É nesse cenário que pode ocorrer à dificuldade de aprender.

Conforme Penha, Maluf e Cruces (2008), a nomeação fracasso escolar foi criada na década de 80, para se referir a alunos da rede pública, de camadas mais pobres, que não aprendiam. A fim de obter uma resposta para o insucesso do estudante, fazia-se uma análise individual na qual culpava-se a família, ou o próprio aluno pelo insucesso na escola, sem analisar os determinantes escolares e sociais. Nessa direção, a culpabilidade do problema era dada ao aluno e a sua família. Ao primeiro porque não aprendia e, ao segundo, porque não "educava" seu filho no âmbito familiar.

Na prática educacional, a produção deste fenômeno tornou-se, portanto, mais um mecanismo de exclusão. Na década de 90 ocorreram estudos que evidenciavam os fenômenos de exclusão do sistema educacional brasileiro, na qual as maiores taxas das dificuldades escolares que levavam a reprovações ocorriam na rede pública, justamente essa que acolhe alunos de classe popular, a qual não tinha uma cultura de estudo até pouco tempo atrás e que este deveria ser espaço de inclusão social (PENHA; MALUF; CRUCES, 2008)

Se tratando do prolongamento da escolaridade no ensino superior, as exclusões e desigualdades tornam-se mais acentuadas. Zago (2006) expõe uma ampliação de acesso à universidade pública entre o ano de 1930 e 1970, desse período até o presente momento foi fortalecido o ensino privado que detém 90% das instituições universitárias, e 70% dos alunos matriculados.

Nos últimos anos, entretanto, vivenciamos a criação e fomento de uma série de políticas afirmativas no setor educacional, a fim de tentar amenizar essas desigualdades em relação ao acesso à educação superior. Entre os anos de 2003 a 2010 houve um aumento de políticas públicas voltadas para classe popular no Brasil, para tal criou-se programas, como o PROUNI, universidade para todos, universidade aberta do Brasil (UAB), Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI) e Financiamento Estudantil (FIES) (PEREIRA; SILVA, 2010).

Com essas políticas, o Brasil apresentou nos últimos 20 anos um visível aumento de alunos frequentando o ensino superior, no início dos anos 90 o número de estudantes matriculados totalizava-se 1.540.080, no ano de 2000 esse número expandiu para 2.694.245, já em 2011 o total de estudantes do ensino superior somam-se 6.379.299 (NEVES, 2012).

Apesar da expansão do ensino, não houve o apaziguamento das desigualdades, que ficaram mais evidentes, tornando possível perceber os efeitos acumulativos da educação básica. Zago (2006), numa pesquisa realizada entre 2001 a 2004 na Universidade Federal de Santa Catarina, constatou que nesta, como em outras universidades públicas do país, o vestibular e/ou acesso ao ensino superior é altamente competitivo, o que impossibilita, em alguns casos, o ingresso de estudantes que vem de uma educação básica de pouca qualidade a universidade pública.

Se, por um lado, visualizamos o aumento das vagas e incentivos ao acesso à educação, por outro, é importante frisar que a escola e as universidades tem sido espaços poderosos de seletividade e (re) produção das desigualdades sociais e culturais historicamente acumuladas. Ainda hoje, visualizamos um índice considerável de alunos que reprovam e/ou fracasso no ensino público. Segundo dados do Censo Escolar 2017, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), na rede pública, há “uma alta taxa de reprovação no 3º ano (etapa típica de um aluno de 8 anos e no final do ciclo de alfabetização) e também as altas taxas nas séries introdutórias dos anos finais e do ensino médio” (BRASIL, 2017, p. 22).

PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL E ESCOLAR SOBRE O FRACASSO ESCOLAR

O fracasso escolar é compreendido de diversas maneiras, existem várias explicações na tentativa de descobrir os fundamentos envolvidos na construção desse fenômeno, sendo assim, por se tratar de uma questão complexa, abordaremos o fenômeno pela lógica multifatorial.

Na tentativa de elucidar as causas do fracasso escolar, Collares (1996) discorre que podemos compreender o fracasso sobre dois prismas: pela visão extra-escolares e intra-escolares. O primeiro envolve as más condições de subsistência de classes menos privilegiadas, responsável pela fome, desnutrição, falta de saneamento básico, e moradia adequada. Já os fatores intra-escolares dizem respeito aos programas desenvolvidos por profissionais da área da educação, bem como às técnicas de avaliação de desempenho dos alunos, avaliação essa que acaba colaborando com a dificuldade de aprendizagem. Apesar dos fatores multifatoriais envolvidos na questão, a autora acredita que a maior parte desse fracasso se deve a privação material de alunos de classe populares (COLLARES, 1996).

Ainda de acordo com Colares (1996), a forma com que nosso ensino público opera contribui para fomentar e potencializar desigualdades vigentes na nossa sociedade seja excluindo o aluno de classe sem privilégios ou legitimando essa exclusão por meio de ensino técnico-profissionalizantes, por exemplo, que não dá peso para questões sociais, deixando evidente o sentido político da educação atual, qual seja, preservar o *status quo* da sociedade de classes.

Esse argumento é justificado pela reforma do ensino médio sancionado pela lei nº13. 415, de 2017 que defende um modelo educacional dividido por áreas de conhecimento distinto, a qual deverá ser sustentada em um modelo nacional único. Para compreender tal mudança basta analisar a lógica do capitalismo ocidental vigente em vários países aonde existe uma agenda globalmente estruturada da educação. (FERREIRA, 2017)

De acordo com Souza (2006 apud FERREIRA 2017), a universalização da educação diz de modos padronizados de ensinar, sendo assim o currículo

escolar nacional impõe o que é importante aprender, deixando a comunidade local impossibilitada de escolher o que será trabalhado, essa mudança revela um padrão internacional, cujo objetivo é limitar o conhecimento a saberes mínimos voltados para as necessidades imediatas da comunidade capitalista, sem considerar a realidade e necessidades dos alunos.

Diante do exposto, acreditamos que esse novo formato de educação não dá peso para o contexto social a qual o aluno vivencia, produzindo mais desigualdades. É importante destacar também que alunos de diferentes classes sociais apresentam modos diferentes de relacionar com o que é ensinado na escola e o que vivenciam em seu contexto social e familiar.

A escola pública é inadequada para os alunos que as frequentam, em razão de ser uma instituição que, em muitos casos, é construída e modelada sem considerar o contexto sociocultural da comunidade em que está inserida. Basta analisarmos os métodos e conteúdos transmitidos em salas de aula que não condizem com a realidade socioeconômica da maior população brasileira. Ademais, é administrada por pessoas que possuem um padrão cultural diferente da população carente, sendo assim os alunos inseridos nesse espaço não conseguem assimilar e achar um “elo de ligação” entre o que vivenciam no ambiente escolar com o familiar. Os professores da rede pública, que em sua grande maioria pertence à classe média, desconhecem a realidade dos alunos carentes, que inicia então um processo de marginalização desses alunos, por conta do desconhecimento do professor (POPPOVIC, 1972 apud PATTO, 2010).

Nessa direção, a instituição educacional contribui para a exclusão social, uma vez que vem atribuindo dificuldades de aprendizagem ou problemas de comportamento a um número cada vez maior de alunos, essa se caracteriza como um marco de modernidade, visto que tem forte influência sobre os alunos, se caracteriza por exercer força disciplinadora, reguladora e civilizatória (COLLARES; MOYSÉS, 1996; MOLL, 2005 apud PIROLA; FERREIRA 2007).

A escola também exerce papel fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento do aluno, os discursos dos professores são de extrema importância, uma vez que esses são vistos pelos alunos como lei e ordem, pelo fato também de estarem no lugar de poder, principalmente para os que estão iniciando o processo de escolarização. Dessa forma é relevante pensar nos

impactos que o discurso dos professores provoca na realidade objetiva e subjetiva dos educandos. (SANT'ANA E SANTOS, 2016).

Ao realizar uma pesquisa com profissionais da educação sobre sua percepção acerca do fracasso escolar, Collares (1996) constatou que a escola e seus profissionais atribuem as causas deste fracasso a fatores orgânicos, e, com isso, desconsideram as condições socioeconômicas desses alunos. De acordo com a autora, a medicalização foi uma das maiores invenções para atribuir o fracasso as causas orgânicas.

Brzozowski e Caponi (2013) discorrem que o campo médico se ampliou fazendo com que questões que não eram consideradas médicas fossem vistas pela ótica da medicina, assim a medicalização passa a ocorrer em processos naturais da vida, que são vistos como desvio. As autoras entendem como desvio de comportamento toda atitude que não é desejável pela sociedade, sendo assim a medicina vem sendo utilizada como um escoadouro de questões comportamentais, principalmente na escola.

O processo de medicalização faz parte de uma estratégia de poder que delimita e normatiza as pessoas. Ocorre uma culpabilização individualista no que diz respeito à dificuldade de aprendizagem, e ignora tudo que está em volta desse aluno, como as condições de vida, os aspectos da sociedade e o direcionamento social, histórico e políticos (FERREIRA 2015).

Porém, o contexto a qual o aluno se encontra inserido é de fundamental importância, visto que isso irá orientar até mesmo a sua escolha acadêmica. De acordo com Ferreira (2017) uma pessoa de classe popular apresenta uma visão de futuro diferente da classe que tem privilégio. De acordo com Zago (2006), a classe popular enxerga a educação superior, como uma oportunidade de qualificação para o trabalho, assim garantindo um emprego melhor e melhores condições de vida, já a classe dominante, a enxerga como um processo de formação intelectual e acadêmico.

Ainda de acordo com o autor percebe-se diferenças também no acesso a informação alunos de escola pública não recebem informação de como acessar o ensino superior, até mesmo aqueles do ensino médio nada sabem das possibilidades e dos programas afirmativos do governo existentes, já mencionados anteriormente.

Apesar de toda a dificuldade e falta de informações referente ao acesso, alguns conseguem romper essa barreira e adentrar nas instituições superiores, e lá se veem frente a outros obstáculos. De acordo com Zago (2006), quando um aluno de classe econômica e social desfavorecida adentra o ensino superior, se vê frente a vários impasses, que tem efeito direto em seu rendimento educacional. Observou-se que esses alunos dispõem parte de seu tempo no trabalho como forma de manter as necessidades básicas, o que impõem limites acadêmicos, já que se veem impossibilitados de comparecer a encontros para realizar trabalhos com os colegas e atividades extracurriculares. Muitos deles não possuem tempo e nem condições financeiras para investir em sua formação, se veem angustiados entre o que gostariam de fazer, e o que é possível fazer.

Em relação ao sucesso ou insucesso do aluno universitário em sua trajetória, podemos observar que o resultado é consequência de alguns fatores anteriores, e atuais, em relação ao primeiro podemos citar a formação anterior e os efeitos de uma educação pública precária, já os fatores atuais estão ligados às estratégias da universidade para receber alunos com déficit de formação, considerando que a realidade da universidade são diversas o ideal seria repensar o modelo de único de avaliação (PAIVA, 2014).

Em uma pesquisa realizada com alunos de psicologia, na qual apontam os possíveis motivos das dificuldades acadêmicas, Maluf e Marques (1985) mencionam a falta de adaptação social, a figura do professor em termos de seu autoritarismo, a inacessibilidade, os aspectos emocionais como angústia, insegurança, timidez, falta de concentração, ansiedade e nervosismo, e principalmente a ausência de uma escolarização básica de qualidade.

É evidente que os alunos de camadas populares se deparam com maior dificuldade, no entanto essa afirmação não significa que esses alunos não possam produzir para si uma educação desejada e desejante. Devemos entender a produção do fracasso escolar como uma problemática complexa, e que envolve outros fatores além do meramente econômico. Não se pode deixar de considerar que a escola e a universidade (faculdade) faz parte da sociedade, portanto é influenciada pela mesma. Os problemas de aprendizagem podem estar relacionados com fatores associados aos próprios

alunos, ao meio familiar a qual está inserido e ao sistema educacional (GOMES, 1993; LAHIRE, 1997; PATTO, 1990; PEREZ, 2004; 2007 apud PEREZ, 2007). Não podemos esquecer, ainda, que a produção desse fenômeno se dá no cotidiano das instituições educativas (COLLARES, 2008).

Zucoloto (2007) discorre que as causas do fracasso escolar podem estar relacionadas com o baixo ensino prestado pela escola, no descaso por parte do Estado para com a educação pública, nas políticas de ensino que impõe autoridade sobre alunos e professores, e no preconceito que sofre os alunos e familiares pobres. Partindo da presunção que a escola se constitui por uma instituição social, essa expressa problemas sociais daquela comunidade. Um entendimento da relação existente entre escola e sociedade faz com que um novo olhar seja lançado para o insucesso educacional, assim tornando possível mensurar a questão política presente no cotidiano escolar.

Considerando a multifatorialidade desse fenômeno a produção do fracasso escolar, Lessa e Facci (2009) levantam questionamentos a ser pensados para atuação do profissional da psicologia em um contexto educacional, entre os questionamentos inclui o psicólogo como um mediador de uma prática educacional efetiva, visto que o mesmo será incumbido da tarefa de levar o professor a compreender que mesmo com dificuldades de aprendizagem seu aluno pode aprender, e ele tem fundamental importância na construção dessa aprendizagem.

Nesse sentido, a atuação do psicólogo no contexto educacional deve-se dar de forma responsabilizada, assumindo um compromisso com uma educação democrática, com base na compreensão do papel fundamental que a escola tem sobre o desenvolvimento dos alunos, visto que se caracteriza como um local de potencialidade para que as crianças se apropriem do conhecimento, bem como para o desenvolvimento do homem em direção às objetivações humano-genéricas. A atuação se sustentará a partir de um compromisso político, favorecendo as transformações sociais, e cabe ao psicólogo também compreender os alunos como produtos de seu tempo e de sua realidade subjetiva e objetiva (SANT'ANA; SANTOS, 2016).

FRACASSO ESCOLAR E PSICANÁLISE

A partir do referencial teórico da psicanálise propomos pensar as contribuições que esta teoria nos propicia para elaborar uma problematização acerca do fracasso escolar. Apesar de não ser um fenômeno abordado por Freud, sua teoria nos trouxe contribuições que possibilita localizar o lugar que os impasses educacionais estão situados, sendo assim, discutiremos sobre alguns textos do Freud, demarcando os elementos necessários para falar do fenômeno proposto neste presente ensaio teórico.

Quando se fala a respeito do insucesso na escola e nas possíveis intercorrências que o fundamenta, deve-se compreender que somente o próprio aluno a qual vivência os impasses educacionais está apto para dizer sobre a questão e suas possíveis causas, visto que cada aluno confrontado com o aprendizado produz uma resposta singular a essa demanda (SANTIAGO; ASSIS, 2015).

Diante disso, fica explícito o fato de que nos encontramos impossibilitados a dizer de uma causa única que justifique o fenômeno, uma vez que as múltiplas subjetividades produzem diferentes perspectivas. Contudo nos compete elaborar uma análise do contexto social onde o sujeito se encontra inserido, delineando as influências sociais dessa sobre a problemática, visto que as subjetividades são influenciadas por elas.

A princípio é essencial compreender a constituição do sujeito e o lugar da sociedade nesse processo de constituição, para então compreender o modo que o grande outro pode vir a significar uma pessoa, assim contribuindo para a adjetivação de “aluno difícil de aprender”. Elia (2010) afirma que o sujeito não nasce pronto e nem se desenvolve, que ele se constitui operando no campo da linguagem, e se estrutura como um sistema de representações, memórias, signos e percepções. O autor comenta, ainda, que o ser humano chega ao mundo como um nada e através da família se insere em uma ordem humana já existente, essa funciona como uma espécie de porta para a sociedade, sendo assim a psicanálise pensa o sujeito como aquele que se constitui atrelado ao social pré-existente a ele.

Nessa direção, podemos analisar a instituição educacional como pertencente à sociedade a qual tem sua relevância na personalidade do sujeito, uma vez que a escola se apresenta como o segundo grupo a qual o sujeito

pertence, após o grupo familiar, sendo assim o modo de operar da instituição escolar é extremamente importante na vida, do sujeito.

Lacan transformou o modo de pensar a subjetividade, pelo fundamento de se depender de um grande Outro para se constituir em seu momento inaugural. O sujeito se encontra alienado aos significantes do Outro, visto que algumas falas funcionam como significante, a qual o sujeito utiliza para se definir, dessa forma alguns ditos podem subjetivar o sujeito. O grande Outro se constitui como um lugar, a qual se encontra as determinações significantes do sujeito, representa o arquivo das falas de todos os outros que foram importantes para o sujeito em sua infância (QUINET, 2012). Nessa perspectiva, é possível identificar as influências do discurso escolar e familiar frente ao aluno com dificuldades, e o fato que os mesmos potencializam a produção do fracasso escolar, visto que seus ditos podem vir a funcionar como um significante.

Dessa forma, percebe-se que a relação que o sujeito estabelece com o grande outro, e os ditos desses, podem vir a funcionar como uma demanda a qual o sujeito pode acatar para se definir ou não.

Nessa direção, dificilmente, a não ser em raros casos, a psicologia individual desconsidera a relação do sujeito com os outros, dessa forma a psicologia individual é ao mesmo tempo psicologia social (FREUD, 1921)

A relação do sujeito com os outros é importante até para o início da independência intelectual, visto que esse processo passa por um sistema social, na qual a criança direciona a sua pergunta para outro que é diferente dela.

A maioria das crianças vivencia um período de pesquisas sexuais, na qual se manifesta em um prazer incansável de fazer perguntas às pessoas. Os inúmeros questionamentos é apenas uma substituição da sua real curiosidade, de saber como nascem os bebês, porém não satisfeita com as poucas respostas que recebem dos adultos, decide elas mesmas fazer a pesquisa, teorizando diversas hipóteses sobre a origem dos bebês, o que Freud nomeia como início da independência intelectual. (FREUD, 1910). Nessa perspectiva, todas as relações são vistas como fenômenos sociais, sejam elas com os pais, irmãos etc. (FREUD, 1921).

Essas relações sociais intermediadas pelo grande outro tem interferência no modo de ser do sujeito, na medida em que Freud (1930) discorre que na construção do superego e da consciência se encontra fatores inatos e influência do ambiente a qual a criança está inserido, sendo assim a severidade ou suavidade na educação tem forte influência na formação do superego (FREUD, 1930).

Além da interferência do grande outro, no fracasso escolar, percebe-se também a influência da civilização, que inclui as regras, leis, e regulamentos.

A civilização surgiu como forma de preservar e defender o próprio sujeito, de sua agressividade pulsional, essa é definida como as realizações humanas e os regulamentos que limitam os sujeitos e que diferencia a nossa vida das dos humanos primitivos (FREUD, 1930). A escola, como uma instituição que possui seus regulamentos e é construída historicamente, politicamente e socialmente, pode ser um local para se efetivar as relações de privação, visando à manutenção das pessoas em uma determinada maneira de “educar” as “pulsões” ou de abdicar delas, visando o processo civilizatório de crianças, em nome de um bem comum e maior às pessoas.

Nesse processo civilizatório o resultante de maior sofrimento é as relações com as pessoas, pois à origem da libido originalmente se constituía como uma relação sexual entre duas pessoas. Sendo assim, a aparição de um terceiro se apresenta como perturbadora, evidenciando a dificuldade de abandonar uma posição antiga, e um conflito, a saber, que a civilização depende de relacionamentos com um número elevado de indivíduos. (FREUD, 1930)

Ainda de acordo com autor citado acima, existem duas fontes de sofrimento, sendo o poder superior da natureza e a fragilidade de nosso corpo. Porém restringindo a fonte social de sofrimento, a qual nos concentraremos nesta exposição, caracteriza-se pela inadequação as demandas da sociedade, família e Estado, Freud chega até a afirma que a civilização é a fonte de nossas desgraças. Isso, pois precisamos abrir mão de algumas vontades para nos adequarmos à civilização, esta é a fonte de sofrimento, este acordo não foi feito apenas para sofrermos ou para sermos explorados, trata-se de uma estratégia de sobrevivência, pois, sozinhos, não conseguiríamos enfrentar a natureza.

A civilização tem o seu preço, visto que uma pessoa se torna neurótica por não dar conta das frustrações postas a ela, e pelas limitações impostas. (FREUD, 1930) É importante alencar que essa limitação aparece de modo mais demarcado na instituição escolar, sendo assim a escola pode ser vista como pouco atrativa, na medida que de acordo com Freud (1996) a uma tendência nos sujeitos de evitar o desprazer.

A civilização nos leva empreender renúncias pulsionais o que pode levar ao desprazer. De acordo com Freud (1927), as características das massas humanas são consequências de falhas nos regulamentos, na qual constroem sujeitos amargurados, inacessíveis e vingativos. Ele acredita que se as novas gerações forem educadas de forma diferente, vivenciando os benefícios de uma civilização, seriam pessoas as quais se submeteriam de forma positiva as renúncias pulsionais, sem necessariamente precisar de coerção.

Nessa perspectiva, fica clara a importância que o autor dá aos regulamentos na construção de algumas características das pessoas.

No que se refere à presença do psicanalista na escola e seu fazer frente ao fracasso escolar, Rosa (2004 apud MARCHI, et al., 2015) argumenta que o maior desafio é uma prática que leve em consideração os laços sociais, que se manifesta como discurso sociais, o que é de extrema importância, visto que o psicanalista se pauta na construção do sujeito na dimensão do discurso. Dessa maneira, o analista na instituição educacional irá trabalhar a fim de evidenciar as práticas sociais e os discursos, para problematizar o fato de a subjetividade do aluno ser afetada pelos discursos presentes na instituição, atuará também ouvindo o aluno a fim de evidenciar a maneira que o mesmo é afetado.

Santiago e Assis (2015) discorrem que o psicanalista é aquele que irá questionar as respostas que surgem no meio educacional, interrogando as certezas e provocando dúvida no corpo docente, pois as respostas produzidas no meio escolar é uma forma de tamponar o incômodo perante fatos que não se explica. Uma pergunta bem elaborada pode fazer com que as elaborações imaginárias desapareçam, o que pode permitir um maior acolhimento para o que o aluno apresentar de inédito.

FRACASSO ESCOLAR E AS “POSSÍVEIS” RELAÇÕES ENTRE PSICANÁLISE E PSICOLOGIA SOCIAL/ESCOLAR

A partir do referencial da psicologia social e escolar foi possível perceber que o fracasso escolar acontece quando o aluno apresenta dificuldades de aprendizagem e desenvolvimento, ou, como dito na escola quando a criança expressa comportamentos desviantes do padrão. A partir da análise dos textos das duas teorias foi possível perceber que é impossível abordar o fenômeno por uma perspectiva individual, visto que ambas concordam com o fato que existem diversos pontos associados à questão, uma vez que o aluno está vinculado ao social, expressa questões as quais podem estar atreladas a esse contexto.

Consente do mesmo modo com a lógica de um insucesso escolar construído. À medida que para psicanálise o sujeito pode acatar os ditos do grande outro, que o coloca em um lugar de fracassado, ele pode vir a atender a demanda do não aprender, sendo assim as falas direcionada ao sujeito, pode aliená-lo a um determinado significante. Para psicologia social/escolar a fala dos familiares, e principalmente dos professores que é visto como um representante do poder e saber pode vir a funcionar como elemento importante no modo de subjetivar do aluno.

A psicologia social e escolar entende como parte da construção do fracasso escolar o contexto socioeconômico, como as más condições de subsistências da classe popular, o baixo ensino oferecido pela escola pública, o modo de operar da educação, bem como questões políticas, visto que algumas mudanças na educação, como a mencionada reforma do ensino médio, potencializam uma escola que está a serviço da manutenção de uma sociedade capitalista.

As duas vertentes concordam também que a escola atua como forma de manter a lei e a ordem, limitando os alunos. Para social/escolar a instituição educacional exerce força disciplinadora, reguladora e civilizatória. (COLLARES; MOYSÉS, 1996; MOLL, 2005 apud PIROLA; FERREIRA, 2007). A psicanálise entende que a civilização limita os sujeitos, infligindo frustrações a eles, na escola as limitações se expressa de modo autoritário, baseado em uma lógica de punição.

Ambas as abordagens pensam em uma tentativa de padronização das pessoas. Para a social e escolar as instituições educacionais dispõem de

normas a fim de definir o comportamento adequado do inadequado. Os modos de ser considerado inadequado são vistos como “anormal” ou “patológico”, de origem orgânica, já que o comportamento “desviante” é compreendido como uma problemática biológica (MOYSÉS, 2008 apud SANT'ANA; SANTOS, 2016). Para Freud (1930), os comportamentos dos seres humanos apresentam variações e diferenças, entretanto essas diferenças são como uma barreira para a civilização, e um empecilho para alcançar o ideal cultural.

Nessa perspectiva, podemos argumentar que a psicologia social e escolar assim como a psicanálise compreendem que há uma ordenação por parte da sociedade que regula os modos de ser do sujeito, como uma imposição que diz sobre a melhor forma de se comportar. As duas vertentes concordam com o fato de haver um incomodo frente às diferenças, visto que isso é uma barreira para civilização.

No que se refere à atuação frente ao fracasso escolar, as duas teorias trabalham com uma atuação ampla que não foca apenas no sujeito que fracassa, mas também nas múltiplas variáveis (sociais, econômicas, políticas, históricas, culturais) responsáveis pela problemática escolar que leva o aluno ao fracasso. Percebemos que, ambas consideram que o aprender deve ser considerado como “encontros possíveis” entre aluno e professor, nos quais se potencialize as múltiplas criações que podem surgir desses encontros. Concordamos com Gallo (2012, p 09. – grifo do autor), quando argumenta que a prerrogativa “Educação para todos” não significa, necessariamente, “a mesma educação para todos”. Mas, que todos tenham acesso à educação segundo suas necessidades, de acordo com suas diferenças e seus modos de subjetivação.

O analista na instituição educacional trabalhará a fim de evidenciar as práticas sociais e os discursos, para problematizar o fato de a subjetividade do aluno ser afetada pelas falas presente na instituição, atuará também como articulador das vozes, a fim de evidenciar a maneira como o aluno é afetado no processo de desenvolvimento e aprendizagem (ROSA, 2004 apud MARCHI, et al., 2015).

Santiago e Assis (2015) discorrem que o psicanalista é aquele que irá questionar as respostas que surgem no meio educacional, provocando dúvida,

atuará como mediador de um processo de desconstrução, viabilizando novas construções.

O psicólogo escolar/social irá atuar como um mediador de uma prática educacional efetiva, visto que o mesmo será incumbido da tarefa de levar o professor a compreender que mesmo com dificuldades de aprendizagem seu aluno pode aprender, e ele tem fundamental importância na construção dessa aprendizagem. (LESSA E FACCI, 2009). Dessa maneira, as duas vertentes teóricas trabalham com uma atuação voltada para um processo de construção e desconstrução.

A atuação do psicólogo escolar deve se dar de forma responsabilizada, assumindo um compromisso com a transformação da realidade social e educacional, com base na compreensão do papel fundamental que a escola tem sobre o desenvolvimento dos alunos, visto que se caracteriza como um local de potencialidade para que as crianças se apropriem do conhecimento, bem como para o desenvolvimento do homem e o acesso aos bens culturais e materiais da sociedade. Nessa direção, a atuação do psicólogo se sustentará a partir de um compromisso político, favorecendo as transformações sociais, cabe ao psicólogo também compreender os alunos como produtos de seu tempo (SANT'ANA; SANTOS, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer deste artigo, foi possível construir um saber crítico em relação à construção do fracasso escolar, de forma a evidenciar a influência do social na concepção dos impasses educacionais, mostrando a dificuldade de se estabelecer uma causa única para a problemática e a multifatorialidade envolvida na questão. Muitas vezes o incômodo frente ao aluno que fracassa leva a uma procura por uma resposta de teor individual, buscando no organismo biológico as possíveis causas, fato esse que deixa evidente a forma de culpabilizar o sujeito pelo fracasso escolar, ignorando uma série de fatores como as interferências políticas, históricas, as questões sociais, o baixo ensino prestado pela escola pública, às políticas de ensino, o fator econômico, entre outros.

Nessa direção, o fracasso escolar não se trata de uma problemática individual, visto que existem diversas lógicas operando nesses impasses, tal fenômeno diz respeito a uma questão complexa a qual pode estar atrelada a diversos fatores.

Frente a todas as colocações compreende-se que a atuação da psicologia no meio escolar é de fundamental importância, uma vez que está possui um olhar crítico para o insucesso escolar, sendo assim irá contar com uma prática transformadora, considerando as múltiplas subjetividades presente no âmbito escolar, e as diversas formas de aprender, está trabalhará também de forma responsabilizada potencializando transformações no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

ENRIQUEZ. Eugéné. Psicanálise e ciências sociais. Rio de Janeiro, v. XIII n: 02 jun/dez. 2005.

FREUD, Sigmund (1920). Além do princípio do prazer. in : obras psicológicas completas: Edição standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FERREIRA. Eliza Bartolozzi. A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p.293-308, abr.-jun., 2017

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

PIROLA, Sandra Mara Fulco. FERREIRA, Maria Cecília Carareto. O Problema da "indisciplina dos alunos ": um olhar para as práticas pedagógicas cotidianas na perspectiva de formação continuada de professores. Olhar de professor, Ponta Grossa, 10(2): 81-99, 2007.

FERREIRA, Rodrigo Ramires. A medicalização nas relações saber-poder: um olhar acerca da infância medicalizada. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 20, n. 4, p.587-598, out./dez. 2015.

Censo escolar, disponível em. http://qedu.org.br/brasil/censoescolar?year=2017&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item= Acesso em 24 de maio. 2018.

BRZOZOWSK, Fabiola Stolf. CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo. Medicalização dos Desvios de Comportamento na Infância: aspectos Positivos e Negativos. PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2013, 33 (1), 208-221.

SANTOS, Caio Cesar Portella, SANT'ANA, Izabella Mende. Educação, medicalização e desenvolvimento humano: uma leitura a partir da teoria histórico-cultural. Crítica Educativa (Sorocaba/SP), v. 2, n. 2, p. 248-264, jul./dez.2016.

LESSA, Patrícia Vaz, FACCI Marilda Gonçalves Dias. O Psicólogo escolar e seu trabalho frente ao fracasso escolar numa perspectiva crítica. São Paulo-SP 2009.

MARCHI, Nayara Serrano Barcelos. NIHARI, Karina Maciel. ALVES Raquel Gonçalves Silveira. BARBOSA, Carolina Albuquerque. DIAS, Allana Fernanda Gonçalves. SOUZA, Eduardo Pio de. ARAUJO, Ronaldo Sales de. LIMA, Nádia Laguárdia de. *Psicanálise e Educação: um tratamento possível para as queixas escolares*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1103-1125, out./dez. 2015.

FREUD, Sigmund (1927) *O futuro de uma ilusão*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: vol. XXIX.13-63.

FREUD, Sigmund (1921). *Psicologia de grupo e a análise do ego*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: vol. 18P. 79-145

FREUD, Sigmund (1930[1929]). *O mal-estar na civilização*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: vol. XXIX. 67-148.

FREUD, Sigmund (1926[1925]). *Inibições, Sintomas e Ansiedade*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006 a. Vol. XX p. 81-171.

FREUD, Sigmund. *Leonardo da Vinci e uma Lembrança da sua infância*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006b. Vol. XI, p.73-141.

ELIA, Luciano. *O conceito de sujeito* 3.ed. — Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2010.

QUINET, Antônio. *Os outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SANTIAGO, Ana Lydia. ASSIS, Raquel Martins. *O que esse menino tem? Sobre o aluno que não aprendem e a intervenção da psicanálise na escola*. Belo horizonte: editora sintoma, 2015.

MALUF, Maria Regina. MARQUE, Dirce Cusato. EXPERIENCIAS DE SUCESSO E FRACASSO ESCOLAR E ATRIBUIÇÃO CAUSAL EM

ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS. *Forum educ.*, Rio de Janeiro, 9 (1): 74-87, jan./mar. 85.

ZUCOLOTO, Patrícia Carla Silva do Vale. O médico higienista na escola: as origens históricas da medicalização do fracasso escolar. *Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum.* V.17 n.1 São Paulo abr. 2007; 17(1): 136-145.

COLLARES, C. A. L. (1996). Ajudando a desmistificar o fracasso escolar. In C. A. L. Collares & M. A. Moysés (Orgs.), *Preconceito no cotidiano escolar - ensino e medicalização* (pp. 24-28). São Paulo/Campinas: Cortez/Edunicamp.

GABRIEL, Maria Reginato; PATAS, Naiana Dapieve. *Psicologia escolar/educacional no Brasil: como era como deve ser*. psicologia.pt o portal dos psicólogos. 2011 disponível em: Erro! A referência de hiperlink não é válida.

WECHSLER, Solange Múglia. PINHEIRO, Ângela Maria v. ROAZZ, Antonio. CUSTÓDIO, Eda Marconi. WITTER, Geraldina Porto. NOVAES, Maria Helena. GUZZO, Raquel Souza Lobo. NETTO, Samuel Pfromm. PRETE, Zilda, A, P. *psicologia escolar pesquisa, formação e prática*. Campinas - SP, editora Alinea, 2011. 4º edição.

MALUF, Maria Regina. CRUCES, Alacir Villa Valle. *Psicologia educacional na contemporaneidade Educational Psychology on contemporaneity*. Boletim Academia Paulista de Psicologia - Ano XXVIII, nº 01/08: 87-99. 2008

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação* v. 11 n. 32 maio/ago. 2006

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. *Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão*. Preparado para apresentação no Congresso de 2012 da LASA (Associação de Estudos Latino Americanos), em São Francisco, Califórnia Maio 23 a 26, 2012.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. SILVA, Luis Fernando Santos Corrêa. *As políticas públicas do ensino superior no governo lula: expansão ou democratização ?*. *REVISTA DEBATES*, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 10-31, jul.-dez. 2010.